

PESQUISAR PARA TRANSGREDIR: FAZENDO GEOGRAFIAS FEMINISTAS CORPORIFICADAS

Juliana Przybysz

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Membro do Grupo de Estudos Territoriais, Ponta Grossa – PR, Brasil.

Email: juliana.przybysz@gmail.com

Joseli Maria Silva

Professora Doutora de Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, Brasil

Email: joseli.genero@gmail.com

Resumo

Este artigo constrói a compreensão da relação entre o fazer científico corporificado e a ética feminista. Produzir ciência envolve uma série de poderes que estão na base da constituição do conhecimento da modernidade. Herdeiras desse modo de fazer pesquisa e simultaneamente comprometidas em romper com esta dinâmica, as pesquisas feministas têm considerado que todo saber é situado e que as metodologias criadas são fonte de reflexibilidade. Com base no processo investigativo realizado para desenvolver pesquisa sobre as espacialidades das mulheres prostitutas de baixa renda no exercício da maternagem, analisamos as ações e relações estabelecidas na constituição do campo de pesquisa, tendo como foco a corporeidade como elemento fundante da construção do saber.

Palavras-chave: Pesquisa feminista; corporeidade; ética feminista.

RESEARCH TO TRANSGRESS: MAKING EMBODIED FEMINIST GEOGRAPHIES

Abstract

This paper builds an understanding of the relation between embodied scientific making and the feminist ethics. Producing science involves a series of powers which are on the basis of the modern knowledge constitution. Heirs of this way of doing research and at the same time committed with breaking this dynamics, feminist researchers have considered that all knowledge is situated and that the methodologies created must be a source of reflection. Thus, based on the investigative process carried out to develop the research on the spatiality of women that are low income prostitutes regarding their motherhood, we analyzed the actions and relations established in the constitution of this research field, focusing on embodiment as a cornerstone of knowledge construction.

Key words: Feminist research; Embodiment; Feminist ethics.

INVESTIGACIÓN PARA TRANSGREDIR: HACIENDO GEOGRAFÍAS FEMINISTAS CORPORIFICADAS

Resumen

Este artículo construye la comprensión de la relación entre el hacer científico corporificado y la ética feminista. La producción de la ciencia involucra una serie de poderes que están en la base de la constitución del conocimiento de la modernidad. Herederas de ese modo de hacer investigación y simultáneamente comprometidas en romper con esta dinámica, las encuestas feministas han considerado que todo saber es situado y que las metodologías creadas deben ser fuente de reflexión. Así, con base en el proceso investigativo realizado para desarrollar la pesquisa sobre las espacialidades de las mujeres prostitutas de bajos ingresos en el ejercicio de la maternidad, analizamos las acciones y relaciones establecidas en la constitución del campo de investigación, teniendo como foco la corporeidad como elemento fundante de la construcción del saber.

Palabras-clave: Investigación feminista; corporeidad; ética feminista.

Introdução

A produção do conhecimento científico é marcada pela qualidade formal e quanto mais rigor das etapas consagradas pelo método hegemônico, maior autoridade tem os argumentos da pesquisa. Demo (1981) argumenta que apesar do ganho de autoridade, há uma profunda invisibilidade de processos que compõe a pesquisa e que não podem ser revelados, pois pode macular a autoridade da ciência pautada pela neutralidade, universalização e descorporificação do fazer científico.

A ciência geográfica é fortemente permeada pela qualidade formal e mesmo que se preocupe com o caráter político, ainda é atravessada pela neutralidade e invisibilidade de determinados temas. Assim, este artigo constrói a compreensão da relação entre o fazer científico corporificado e a ética feminista (SILVA et al, 2017). Neste contexto, geógrafas(os) feministas como Rose (1997), Knoop (2007), Silva (2009a), Katz (1992), Silva (2009b), Cesar (2013), etc., vêm discutindo questões relacionadas à produção científica na Geografia.

Em consonância com o pensamento destas geógrafas, este artigo tem por objetivo compreender a relação entre o fazer científico corporificado e a ética feminista. Com base em uma pesquisa realizada entre 2013 e 2017, que investigou as espacialidades de mulheres prostitutas no exercício de maternagens na cidade de Ponta Grossa, Paraná, focamos este artigo na análise reflexiva do processo pesquisa, que muitas vezes é silenciado, negado e ocultado.

Compreendemos que os resultados de um processo de pesquisa científica são frutos de relações entre pessoas, instrumentos e emoções corporificadas. Assim, tomamos os diários de campo, anotações e a memória para refletir sobre nossas ações do fazer científico comprometidas com a pesquisa feminista, discutida por Silva *et al* (2017). Estes autores se apoiam nos seguintes princípios reflexivos que devem permear o fazer científico feminista com base em Ackerly e True (2010): 1- a força da epistemologia, 2- as fronteiras e limites, 3- as relações e as múltiplas dimensões da localização do pesquisador e 4- suas interações no processo de pesquisa. Silva *et al* (2017) argumentam que uma pesquisa feminista deve, necessariamente, seguir tais princípios e que não basta elencar um tema de gênero para que um trabalho de investigação científica possa ser classificado como feminista. O fazer científico para a geografia feminista, está imbricado nas escolhas pessoais, políticas e marcado profundamente por trajetórias de vida, impossibilitando pensar um processo de pesquisa corporificado.

Nós mulheres somos assombradas desde a mais tenra idade com a denominação de ‘putas’. Esta qualificação, quase que exclusivamente atribuída às mulheres, faz parte da força cultural do controle dos corpos femininos. Não raras vezes, recebemos esta qualificação de forma tão prematura que, muitas vezes, não sabemos exatamente seu significado. Mas, certamente sentimos o peso simbólico da discriminação que ela carrega. Como fomos mães muito jovens, sem um casamento que criasse a aura de santidade em nossas maternidades, convivemos com esta marca social. Nossos corpos, mesmo de mães, não foram santificados, como é o corpo da mulher que gera um filho dentro da instituição do casamento heterossexual em que a figura paterna cria a atmosfera moral da maternidade. Sujeitos femininos em geral são objetificados, mães fora dos padrões da moral heteropatriarcal marca corpos femininos como ‘objetos usados’ e, portanto, desvalorizados socialmente.

Se nossa experiência materna transgressora à ordem já é paga com tamanha brutalidade, mesmo com os privilégios sociais que temos, nos tornamos sensíveis a compreender as experiências das mulheres em situação ainda mais difícil que são as mães prostitutas¹ de baixa renda. As trajetórias de objetificação e de discriminação que oprime as mulheres e marcam suas identidades, quando podem ser compreendidas, se transformam em potência de lutas pela valorização de si mesmas e de outras. Para nós, o exercício de fazer uma geografia feminista é um ato político para transformação social, mas também de libertação pessoal porque podemos dar voz às nossas dores e tornar visível o encontro de mulheres mães cuja maternidade é vivida de forma conflituosa.

Ao pesquisar as espacialidades de mulheres que comercializam serviços sexuais, o corpo foi fundamental, não apenas porque ambas as identidades têm a corporalidade como elemento central, mas porque as relações envolvidas no processo de pesquisa foram imbricadas pelos corpos produtores de conhecimento. Mesmo que trazer o corpo de quem realiza a pesquisa como elemento metodológico não seja um processo usual na pesquisa geográfica no Brasil, advogamos a ideia de que ele é indispensável na construção dos resultados obtidos e na transparência do processo de pesquisa pois ele desmascara a pretensa neutralidade científica e desmistifica um conhecimento que se julga superior.

Assim, organizamos o artigo em duas seções. Na primeira, discutimos a força da epistemologia e a forma como ela cria limites e fronteiras que cotidianamente foram enfrentados pelas existências das mulheres mães prostitutas que desafiaram a dicotomia e

¹ A utilização da denominação ‘prostitutas’ invés de ‘profissional do sexo’ é aqui utilizada para respeitar a escolha do grupo que participou da pesquisa a que nos referimos.

oposição entre espaço público e privado. Na segunda seção, com base nos diários de campo da primeira autora, discutimos as relações corporificadas que estruturaram os poderes na construção dos dados de pesquisa.

Discutindo limites e superando tradições epistemológicas: a prática cotidiana de mulheres prostitutas mães de baixa renda

A pesquisa científica se faz geralmente por métodos que são legitimados no campo de saber das disciplinas e essa prática de produção científica pode levar à uma mecanização da metodologia e uma acomodação por parte de pesquisadoras(es) que se mantêm dentro de um lugar confortável, fora de conflitos e tensionamentos. Demo (1981) argumenta que pesquisas que contrariam o que é esperado pela comunidade acadêmica têm sido descartadas ou simplesmente ignoradas, notadamente quando se trata da atenção ao caráter político da(do) cientista, que vai muito além de considerar apenas seu contexto de produção, mas as escolhas e emoções que movem o fazer científico. Assim, toda análise do real se faz a partir da posição da(o) pesquisador(a), sendo impossível fugir deste fato.

Para Feyerabend (1977) a realidade é muito mais rica do que qualquer método e teoria e por isso o desafio das regras impostas de antemão e o questionamento das normas vigentes é uma ação necessária, já que a simplificação do método científico pode gerar uma pretensa universalidade dos modelos e resultado. Para Rose (1997) é justamente a tarefa de situar o conhecimento produzido que pode evitar a farsa da neutralidade e universalidade do saber.

Os métodos objetivos são majoritariamente legitimados na geografia, mas segundo Knoop (2007), outros elementos também são válidos como o corpo, o desejo, os sentimentos e as emoções, não havendo hierarquia, nem mesmo oposição entre o que é considerado racional e objetivo e o subjetivo e irracional. Pelo contrário, há necessidade de construir metodologias que possibilitem a compreensão das experiências para que possamos produzir, conforme bell hooks (2013), um conhecimento feminista libertador.

A ideia de Haraway (1988) sobre o conhecimento situado fortalece a possibilidade de contestação das tradições epistemológicas e da oportunidade de rejeitar as hegemonias que invisibilizam grupos sociais e temas que são colocados fora das possibilidades de serem estudados pela geografia. Desconfiar da tradição epistemológica e do estabelecimento das fronteiras e limites estabelecidos pelo campo científico é fundamental para uma metodologia feminista.

Analisando a trajetória da pesquisa sobre as espacialidades das mulheres mães prostitutas de baixa renda, um dos primeiros limites da tradição epistemológica colocado foi a oposição e dicotomia do espaço público e privado. Se a maternidade está ligada à mulher e o espaço privado, a prostituta estava associada ao espaço público. Contudo, as mulheres que colaboravam com a pesquisa argumentavam que suas práticas de comércio sexual, local escolhido, roupas, horários estavam conectados com a prática da maternagem². As prostitutas que utilizavam a rua como local de exercício da venda dos serviços sexuais, por exemplo, tomavam cuidado com as roupas, os horários de entrada e saída das escolas e com a possibilidade de encontrar os filhos ou seus coleguinhas, evitando situações que pudessem constranger seus filhos. Outras, argumentavam que havia uma interdependência entre a maternagem e o exercício da prostituição, pois sem ela não teriam conseguido a quantidade de recursos econômicos capazes de suportar a família em que elas, na sua grande maioria eram as responsáveis. Enfim, as dinâmicas espaciais da atividade de prostituição, relatadas pelas nossas colaboradoras estavam conectadas com o exercício da maternagem e isso pode ser comprovado nos trabalhos de Przybysz (2017) e Przybysz e Silva (2017).

Ao tomar como referências conceituais o que já havia sido produzido sobre o tema, observamos duas características. Uma delas é a oposição e separação entre as identidades maternas e de prostitutas. As mães são destituídas de sexualidade e as prostitutas desprovidas da capacidade de exercer a maternagem. A segunda tradição epistemológica detectada foi a dicotomia do espaço privado e do espaço público que invisibilizava a interação entre eles, sendo a rua a oposição da casa e esta última, nem sequer era alvo de estudos na geografia. Contudo, as nossas colaboradoras relatavam sua existência a partir das conexões, interdependências, correlações e desafiavam os limites das teorias com as quais estávamos lendo a realidade do grupo.

O espaço público é alvo de maior interesse na geografia do que o espaço privado (PRZYBYSZ, 2017). O espaço público vem sendo discutido como tudo o que tem relação com a vida pública, lugar do discurso político por meio da presença de indivíduos com capacidade de razão comum (linguagem pública) e o lugar da civilidade (GOMES, 2002). A partir desta visão o espaço privado passa a ser considerado a negação do público, onde impera outra ordem que não está relacionada com a política e as disputas de poder. O espaço privado é o reino da harmonia, da proteção, do refúgio. Ele é apolítico e se estabelece pela

² A maternagem é a prática do cuidado com a criança e a maternidade é o fato biológico. Assim, pessoas que não geraram a criança podem exercer a maternagem.

falta da 'capacidade de razão comum' sendo apenas definido pela falta, pelo contrário do que é o espaço público. Portanto, o espaço privado que se faz da negação do público é relativizado, negado, esquecido e invisibilizado em sua importância para estruturação da própria existência da vida pública, conforme apontam autores como Przybysz (2012), Fraser (1997, 2010), Arendt (2007).

Se o espaço público está representado pela razão, visto como próprio do masculino, o espaço privado, destituído da razão é feminino. As mulheres prostitutas são classificadas como um grupo que desafia a feminilidade restrita do privado, elas disputam o espaço público, bem como desafiam a ordem hegemônica estabelecida para o controle da ordem heteropatriarcal em que o corpo feminino deve ser objeto oferecido gratuitamente para o prazer masculino. Elas cobram por aquilo que a sociedade determinou que deve ser oferecido gratuitamente e é por esta razão que as prostitutas são localizadas na arena pública e não privada e além disso, é o grupo de mulheres que sofre com o maior estigma social. As mulheres da casa e as mulheres das ruas recebem diferentes funções e status sociais, conforme Przybysz (2017) e Przybysz e Silva (2017).

A organização dicotômica observada na tradição da epistemologia sobre o espaço público/privado e sobre a mãe/prostituta permitiu a análise das 'fronteiras e limites' que estava dificultando a compreensão da interseccionalidade do fenômeno da prostituição de mulheres de baixa renda que estava vinculado diretamente com o exercício da maternagem. A tradição epistemológica nos levava à discussão da prostituição a partir de sua espacialidade pública e a desconsiderar a sua formação pelo papel que a condição feminina de responsáveis pela criação dos filhos era o aspecto fundamental que estruturava diferentes práticas espaciais do exercício de comércio sexual. Assim, as fronteiras e limites analíticos que se ergueram pela força da tradição conceitual que moldava a forma como questionávamos a realidade espacial das mães prostitutas foram enfrentadas. Isso nos possibilitou a construir a compreensão do fenômeno que contemplasse os argumentos colocados pelo do grupo de mulheres e não ao contrário, enquadrando a realidade dessas mulheres nos conceitos preestabelecidos.

A quase ocultação do espaço privado na tradição conceitual da geografia brasileira construiu barreiras para compreender que era justamente o fato de serem mães que fazia com que as prostitutas estabelecessem estratégias espaciais que eram específicas quando se tratava da prostituição de rua, boates e bares. Cada uma das formas de prostituição contemplava as maneiras com as quais estas mulheres sustentavam o cuidado com os filhos. Nas boates, diferente das ruas onde elas dizem ter mais autonomia de horários, as mães prostitutas

estabeleciam redes femininas de cuidados nas cidades por onde passavam. Elas contratavam mulheres da periferia, em geral, indicadas por pessoas da própria boate para cuidar dos filhos durante toda a semana, dificultando com que seus filhos soubessem sua ocupação que permitia criá-los economicamente.

Assim, há uma interdependência entre os espaços público e privado e é esta relação que permite a reprodução dessas famílias que são sustentadas por mulheres prostitutas de baixa renda. As nossas vivências enquanto pesquisadoras, as nossas escolhas teóricas e metodológicas e a proximidade com as mulheres prostitutas permitiram que pudéssemos questionar a tradição epistemológica ligada as discussões de espaço público na geografia brasileira, bem como as fronteiras e os limites que esta tradição impunha às formas como nós olhávamos a realidade. Apenas um trabalho reflexivo em torno desses princípios feministas permitiu a superação das invisibilidades do espaço relacional que essas mulheres produziram no exercício de suas maternagens como prostitutas de baixa renda.

O processo de pesquisa, relações de poder e a constituição da ‘puta fajuta’

Para Silva *et al* (2017), as relações de poder entre pesquisador e os participantes da pesquisa influenciam diretamente na produção dos dados. Afinal em uma pesquisa feminista todos são atuantes no processo e não alvos da ciência. Assim, a pesquisa se faz na relação que está pautada nas assimetrias de poder que são colocadas em movimento entre as pessoas pesquisadoras e participantes.

Tais relações de poder são corporificadas e os confrontos de diferentes posições nas matrizes de opressão que envolve racialidade, classe, idade, escolaridade entre outras afeta as metodologias a serem utilizadas. Trabalhar com esse grupo de mulheres implicou reconhecer suas vulnerabilidades e nossos privilégios que se faziam visíveis em cada encontro. Os nossos corpos constituíram o campo de pesquisa, já que não somos invisíveis ou estamos fora do campo que olhamos, mas o compomos e nossa presença já é um dado que deve ser considerado, como argumenta Silva (2009b).

Nossos corpos, tanto quanto os corpos das mulheres prostitutas são objetos discursivos do poder e imbricados espaço-temporalmente (SILVA *et al*, 2013). Assim, cada uma de nós acionava poderes e privilégios que eram negociados nos nossos encontros. As mulheres prostitutas, os gerentes dos estabelecimentos, as donas dos bares, os clientes e nós mesmas organizávamos uma rede de relações que eram gerenciadas a todo momento. Uma de nós, a primeira autora, exerceu o papel ativo de estar cotidianamente no campo de

pesquisa durante quase quatro anos e é em torno dessas experiências que as análises que se seguem estão baseadas. São quatro aspectos que são aqui levados em consideração: sobre a reflexibilidade, sobre as relações e as múltiplas dimensões da localização do pesquisador e as interações estabelecidas no processo de pesquisa.

Já nos primeiros encontros que se davam com as mulheres em seu local de exercício da prostituição, percebi que meu corpo de uma mulher jovem atraía olhares de várias formas. As mulheres me rejeitavam preocupadas em concorrência junto aos clientes. Estes, por sua vez, olhavam com interesse e desejo, enquanto gerentes e donas(os) de estabelecimentos se sentiam ameaçados pelo fato de eu poder ser alguém que pudesse delatar alguma ação que pudesse ser considerada ilícita. As negociações em torno de minha presença corporificada foram muito diferentes com os diferentes grupos de sujeitos. Além disso, minha corporalidade foi também objeto de negociação com minha família e a universidade.

Minha posicionalidade como uma mulher jovem, branca, heterossexual de nível superior e de classe média era visto com desconfiança por todos. Depois de vários encontros explicando os objetivos de pesquisa consegui obter permissão das pessoas que controlavam os locais de prostituição, mas a convivência nessas áreas foi um processo mais difícil que envolveu dois momentos. O primeiro momento foi um processo de aceitar o fato de que grande parte do estigma que marca as vidas das prostitutas eu também sofreria e isso me incomodava porque eu teria que lidar com aquela identidade que todas nós, mulheres temos, 'ser puta'. Estar com elas no campo de pesquisa me colocava em condições de ser confundida como sendo uma delas e esse foi um dos primeiros obstáculos a ser superado.

Uma das principais ações foi me envolver com as lutas políticas que as prostitutas travavam por seus direitos sociais durante o doutorado sanduíche realizado em Barcelona. Conhecer suas reivindicações e sofrimentos com a convivência com o movimento Putas Indignadas, Caceroladas de miércoles e La Puta Olla foi fundamental para que minha empatia com as mulheres prostitutas acabasse sendo maior do que meus temores em ser confundida como sendo uma delas e perder meu status de privilégio social.

Outra posicionalidade difícil de ser negociada foram os tensionamentos com pessoas da minha família, como marido, filho, mãe e pai que questionavam minha escolha temática e externalizavam seus preconceitos e preocupação em torno dos riscos de sofrer alguma violência física, mas sobretudo, pelo abalo de minha moral junto à sociedade. Consegui adesão de meu marido que durante algumas vezes me acompanhou no campo e desconstruiu preconceitos em torno da prostituição, vendo o trabalho árduo dessas mulheres

e suas vulnerabilidades. Para meus pais, até o hoje o tema da pesquisa é constrangedor e então, estabelecemos um pacto de silêncio em torno disso, já que me mantive firme em meus propósitos. Meu filho, por ser ainda uma criança, não precisou de muitas explicações. Enfim, pude perceber que uma pesquisa como essa temática envolvia não apenas a mim mesma, mas também o conjunto de preconceitos que permeavam minhas relações de afeto e esse foi árduo processo de superação.

Na universidade minha pesquisa era considerada algo sem mérito acadêmico e científico, mas era sempre a mais lembrada no momento das brincadeiras e piadas de professores e colegas. Meu trabalho de investigação foi motivo de chacota e desprezo e não teve acolhimento fora do Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

A múltipla dimensionalidade de minha posição junto às prostitutas e seus clientes foi a mais complexa de ser gerenciada. Se por um lado eu me colocava junto às prostitutas como uma pesquisadora, alguém com quem elas não precisavam se incomodar com temor de algum tipo de competição, por outro lado, para os clientes, eu era vista como sendo uma prostituta também. Não foram raras as vezes em que as pessoas responsáveis pelos estabelecimentos tiveram que intervir, alertando que eu não estava disponível para o trabalho sexual.

Administrar os afetos gerados durante o trabalho de campo como o medo, desejo, raiva e ansiedade foi um dos aspectos mais complicados do processo de pesquisa. Algumas vezes ouvia comentários a meu respeito quando pessoas conhecidas me viam nos locais de prostituição e espalhavam histórias de que eu havia deixado a universidade para exercer a prostituição. Outras pessoas comentavam que eu não poderia ser uma boa mãe ou esposa, já que eu frequentava locais ‘daquele nível’. Tive que administrar um intenso jogo social em que as histórias carregadas de discriminação machucavam minha família e isso me ajudou a entender o esforço que as prostitutas fazem para preservar a si e seus filhos do estigma em torno do serviço sexual.

A percepção de que minha corporalidade era lida como a de uma prostituta me trouxe experiências inusitadas que me permitiram compreender a paradoxal posição de uma mulher na prostituição que é de sua vulnerabilidade social, o sofrimento da discriminação e o poder de administrar seu próprio corpo pela mediação do dinheiro e de como isso lhe dava poder para a manutenção de seus filhos.

Vários pactos entre nós foram estabelecidos para que minha presença nos locais de prostituição pudesse ser algo que não interferisse na rotina do trabalho sexual. Não aceitar

propostas de programas, estar vestida de forma a não chamar atenção dos clientes e conduzir minhas perguntas nos intervalos para não atrapalhar o ganho econômico. Depois de quase dois anos, muitos desses pactos foram subvertidos e eu já me sentia parte do processo em que eu pesquisava. Conversas informais, risos e ações de ajuda em algumas situações em que elas sofriam algum tipo de violência, já faziam parte da relação que construiu os dados da pesquisa. As negociações de minha corporalidade no campo de pesquisa eram constantes e exigiam atenção constante de como eu estava sendo interpretada.

Quando me chamavam de ‘novinha’, por exemplo, era o momento de eu deixar claro que não estava em busca de trabalho. Quando me chamavam de ‘amiga’ ou ‘menina da ONG’, me colocava à disposição para alguma ajuda. Algumas vezes fui a ‘puta’ e isso acontecia mais com as pessoas que me confundiam naquela espacialidade e esses foram momentos em que tive que lidar com meus próprios preconceitos, mas também me fez mais forte para lutar contra a discriminação que elas eram alvo constante.

Meu corpo, ao entrar e sair do campo de pesquisa ganhava diferentes sentido para a sociedade e eu percebia isso na forma como as pessoas olhavam ou se referiam a mim com determinadas palavras. O mesmo corpo, com a mesma vestimenta vivia o trânsito de ser ‘puta’, despertar os olhares de desprezo por parte de transeuntes mulheres e desejo por parte dos homens que passavam pelos locais de prostituição e de passar despercebida fora dessas espacialidades. Era como se meu corpo fosse revestido pela espacialidade da prostituição em um momento e despido em outro.

As relações de poder foram atenuadas entre nós quando recebi a alcunha de ‘puta fajuta’ e que elas se colocavam no lugar de me ensinar sobre suas realidades de vida e eu exibia minha ignorância sobre muitas experiências que para elas era comum administrar.

Valentine (2007) argumenta que o fazer científico não é linear e que o imprevisível e o inusitado são elementos com os quais temos que conviver. Vivi discriminações em vários âmbitos como na universidade, na minha família, algumas amizades e a cada experiência dessa percebia que minha decisão em estar do lado dessas mulheres tinha sido a mais acertada, não apenas porque eu havia tido um aprendizado impossível de ser obtido apenas nas leituras, mas porque elas se tornaram fontes de afeto. A realidade não cabe em um artigo, tampouco os dados exibidos após as considerações finais de uma pesquisa é possível evidenciar todos os elementos que fizeram parte dela. Conviver com esta imperfeição de nossa humanidade é o desafio de construir uma pesquisa feminista.

Conclusões

Este artigo analisou a experiência do fazer científico e suas relações com o corpo a partir da ética feminista. As exigências formais da pesquisa moderna negligenciaram alguns princípios importantes, como o fato do(a) pesquisador(a) ser parte do processo de pesquisa e de como as relações e suas diferentes posicionalidade devem ser alvo de reflexão na constituição dos dados de pesquisa.

Produzir pesquisas feministas implica um profundo processo reflexivo e crítico, trazendo para o centro da prática científica a dimensão política do saber, seus tensionamentos e paradoxos. Mas acima de tudo, as pesquisas feministas estão comprometidas com o desmantelamento de poderes que mantém os privilégios epistêmicos e que retira autonomia de certos grupos sociais que fogem à ordem estabelecida no campo científico. Enfim, desobediência epistemológica, subversão de poderes e transparência na produção dos dados de pesquisa são ações que pesquisadoras(es) levam em conta para produzir uma ciência comprometida com transformações sociais.

Referências

- ACKERLY, B; TRUE, J. Doing feminist reserach in political & social science. New York: **Palgrave Macmillan**, 2010.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo, posfacio: Celso Lafer. 10 ED. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 353 p.
- CESAR, T. R. A. O. Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013. 2013. 140 p. (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2013.
- DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981. 293 p.
- FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977. 487 p.
- FRASER, N. **Justice Interruptus: Critical Reections on the ‘Postsocialist’ Condition**. London: Routledge, 1997. 241 p.
- _____. **Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World**. New York: Columbia University Press, 2010. 236 p.
- GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**, Rio de Janeiro. Ed: Bertrand Brasil, 2002. p. 304.
- HARAWAY, D. Situated snowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. 283 p.
- KATZ, C. All the world is staged: intellectuals and the projects of ethnography. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 10, n. 5, p. 495-510. 1992.
- KNOPP, L. On the relationship between queer and feminist geographies. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 47-55. 2007.

PRZYBYSZ, J. Articulando os espaços público e privado: transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio, após a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa – Paraná. 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2011.

_____. **Nem Santas Nem Putas, Apenas Mulheres:** Espacialidades De Mulheres Prostitutas De Baixa Renda No Exercício De Maternagens Em Ponta Grossa – Pr. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

PRZYBYSZ, J; SILVA, J. A 'puta que pariu': a desconstrução da dualidade entre sexualidades transgressoras e maternagens na instituição dos espaços de prostituição feminina. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. **Diálogos Ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra. 2017. p. 111-128.

ROSE, G. Situating knowledge: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 305-320. 1997.

SILVA, J. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: _____ (Org.). **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2009a. p. 25-53.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____ (Org.). **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2009b. p. 93-113.

SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. Geografias feministas e pensamento decolonial: a potência de um diálogo. In: _____. **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidade.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2017. p. 11-30.

Submetido em: Fevereiro de 2019.

Aceito em: Fevereiro de 2019.